

CORPO, VIDA E MUNDO COMO TERRITÓRIOS DE DOMINAÇÃO EM *UMA MULHER NO LIMIAR DO TEMPO*: UMA CRÍTICA ECOFEMINISTA ANIMALISTA PARA CONSTRUÇÃO DE NOVOS MUNDOS POSSÍVEIS

BODY, LIFE, AND WORLD AS TERRITORIES OF DOMINATION IN *WOMAN ON THE EDGE OF TIME*: AN ANIMAL ECOFEMINIST CRITIQUE OF PATRIARCHY, CAPITALISM, AND SPECIESISM

RESUMO

O presente artigo realiza uma análise ecofeminista animalista do romance *Uma mulher no limiar do tempo*, de Marge Piercy, investigando de que maneira a narrativa representa o corpo, a vida e o mundo como territórios interseccionais de dominação. O estudo adota uma abordagem qualitativa, de natureza bibliográfica e interpretativa, fundamentada no ecofeminismo, no ecofeminismo animalista e nas teorias decoloniais, com destaque para Val Plumwood (1993), Maria Mies (2021), Vandana Shiva (2021), Karen J. Warren (2000), Carol J. Adams (2012) e Malcom Ferdinand (2022). O problema de pesquisa consiste em investigar de que maneira a obra representa o corpo, a vida e o mundo como territórios interligados de dominação e como o “limiar” temporal ocupado por Connie evidencia que outros mundos possíveis somente emergem mediante a ruptura com as estruturas patriarcais, capitalistas, coloniais e especistas. O objetivo geral consiste em realizar uma análise ecofeminista animalista do romance, examinando as formas de dominação e as possibilidades de resistência comunitária construídas pela narrativa. A estrutura narrativa, marcada pela fragmentação do tempo e pela percepção instável da protagonista Connie Ramos, que “viaja” entre um futuro utópico e outro distópico, transforma o “limiar” em um processo instável que questiona a racionalidade moderna opressora. O romance trabalha no limiar do tempo, pois as decisões e ações que tomamos agora determinarão a sociedade que será construída no futuro. Contudo, sob a perspectiva crítica ecofeminista animalista, percebe-se que o romance permanece atravessado por limites antropocêntricos, uma vez que a instrumentalização animal permanece naturalizada no futuro utópico. Conclui-se, portanto, que o romance projeta o futuro como um campo político em disputa, no qual a construção de outros mundos possíveis depende da superação simultânea do patriarcado, do capitalismo, da colonialidade e do especismo.

Palavras-chave: Ecofeminismo animalista. Especismo. Colonialidade. Marge Piercy.

Andyara Letícia de Sales Correia

Doutoranda em Direito no Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGD/UFRJ). E-mail: andyaraleticia@gmail.com

Vanessa Oliveira Batista Berner

Professora orientadora vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGD/UFRJ). ORCID: 0000-0002-8030-0139. E-mail: vanessabberner@gmail.com

ABSTRACT

This article presents an animal ecofeminist analysis of Marge Piercy's novel *A Woman on the Edge of Time*, investigating how the narrative represents the body, life and the world as intersectional territories of domination. The study adopts a qualitative approach, of a bibliographic and interpretative nature, based on ecofeminism, animalist ecofeminism and decolonial theories, with emphasis on Val Plumwood (1993), Maria Mies (2021), Vandana Shiva (2021), Karen J. Warren (2000), Carol J. Adams (2012) and Malcom Ferdinand (2022). The research problem consists of investigating how the work represents the body, life and the world as interconnected territories of domination and how the temporal "threshold" occupied by Connie shows that other possible worlds only emerge through the rupture with patriarchal, capitalist, colonial and speciesist structures. The general objective is to carry out an animalistic ecofeminist analysis of the novel, examining the forms of domination and the possibilities of community resistance constructed by the narrative. The narrative structure, marked by the fragmentation of time and the unstable perception of the protagonist Connie Ramos, who "travels" between a utopian and a dystopian future, transforms the "threshold" into an unstable process that questions oppressive modern rationality. The novel works on the threshold of time, as the decisions and actions we take now will determine the society that will be built in the future. However, from an animalist ecofeminist critical perspective, it is clear that the novel remains crossed by anthropocentric limits, since animal instrumentalization remains naturalized in the utopian future. It is concluded, therefore, that the novel projects the future as a political field in dispute, in which the construction of other possible worlds depends on the simultaneous overcoming of patriarchy, capitalism, coloniality and speciesism.

Keywords: Animalist ecofeminism. Speciesism. Coloniality. Marge Piercy.

Introdução

O romance *Uma mulher no limiar do tempo*, publicado em 1976, por Marge Piercy, consolidou-se como uma das obras mais relevantes da ficção científica e da utopia feminista ao articular crítica social, política e imaginação ecológica. O livro nos faz acompanhar Consuelo (Connie) Ramos, mulher chicana, pobre, com passagem pela polícia, que perdeu a guarda da filha e foi internada compulsoriamente em uma instituição psiquiátrica nos Estados Unidos, cuja vida e experiência narrativa são marcadas pelo limiar do tempo, por meio do qual ela acessa telepaticamente dois mundos possíveis.

Ao tentar salvar sua sobrinha de uma agressão, acaba sendo internada em um manicômio, local onde já tinha estado após perder a guarda da filha. Após ser internada, ela começa a fazer contatos telepáticos com Luciente, habitante de uma comunidade futura chamada Mattapoissett, uma sociedade ecológica, comunitária e descentralizada, fundada na interdependência entre os humanos e a natureza. Connie também consegue acessar, uma única vez, outra temporalidade: um futuro corporativo

distópico, onde conversa com Gildina, marcado pela mercantilização absoluta da vida, pela destruição ambiental e pelo controle tecno-biopolítico dos corpos.

Marge Piercy constrói um entrelaçamento entre memória, presente e futuro, sem fronteiras rígidas, por meio de uma narrativa descontínua e instável, que provoca nos leitores o sentimento de insegurança ontológica vivido por Connie, personagem principal. O título em inglês *Woman on the Edge of Time*, que seria, literalmente, “Uma mulher à beira do tempo”, foi traduzido no Brasil como *Uma mulher no limiar do tempo*. O limiar remete ao presente como ponto decisivo que permitirá o acesso a dois futuros possíveis: um voltado à conciliação com a natureza e outro voltado ao controle e à destruição sem precedentes.

A autora fragmenta a narrativa em uma temporalidade não linear por meio de deslocamentos abruptos entre o presente psiquiátrico, a memória traumática e futuros possíveis. O limiar não opera apenas como categoria temática, mas também como procedimento formal da narrativa. A narrativa ambígua problematiza as fronteiras entre sanidade, imaginação e profecia e permite acompanhar o sofrimento psíquico da personagem e os processos institucionais que colocam em xeque sua credibilidade e autonomia, mostrando a desumanização de pacientes com problemas psiquiátricos, a alta dosagem de medicamentos e o uso de pacientes em experimentos científicos. A autora inspirou-se em debates contemporâneos sobre psicocirurgias e experimentações psiquiátricas realizadas nas décadas de 1960 e 1970.

O limiar pode ser compreendido como processo literário para questionar a racionalidade moderna, pois a narrativa expõe as conexões entre o patriarcado, o capitalismo, a violência racial e a destruição ambiental. A temporalidade do romance torna-se fraturada, descontínua e precária, reproduzindo formalmente a condição de vulnerabilidade psíquica e social da protagonista.

A hipótese central deste estudo sustenta que o corpo, a vida e o mundo são territórios de dominação, evidenciando a interseccionalidade entre as opressões de gênero, raça, colonialidade, natureza e espécie, que não são opressões isoladas, mas expressões da racionalidade moderna opressora e hierárquica. Por isso, a perspectiva crítica do ecofeminismo animalista fundamenta o presente artigo, ao defender que a exploração das mulheres, dos racializados, dos animais e da natureza depende de dualismos estruturantes da modernidade que opõem razão/corpo, humano/animal, cultura/natureza e masculino/feminino. Conforme demonstra Karen J. Warren (2000), a lógica da dominação opera por meio de estruturas conceituais opressoras que transformam diferenças em justificativas morais para a exploração.

Marge Piercy consegue, por meio de sua narrativa, realizar uma crítica ao capitalismo, ao patriarcado e à destruição da natureza. A sociedade no tempo de Connie é marcada pela pobreza, pela exploração das mulheres, principalmente as racializadas, e pela destruição ambiental, questões que tornam o romance atual. O futuro utópico em Mattapoisett representa um futuro possível, baseado na participação comunitária, no cuidado e na interdependência entre humanos e a natureza, como afirma Luciente, “todas as coisas se interligam” (Piercy, 2023, p. 285).

O futuro utópico nos permite imaginar uma reorganização comunitária fundada na interdependência ecológica, no cuidado coletivo e na ruptura parcial com as hierarquias de gênero e de propriedade. Já o futuro distópico evidencia as possibilidades de opressão de gênero e da natureza, com avanços tecnológicos voltados à objetificação de corpos, da vida e do mundo, além da falta de liberdades, como a de expressão, sob controle do pensamento.

O problema de pesquisa consiste em investigar de que maneira a obra representa o corpo, a vida e o mundo como territórios interligados de dominação e como o “limiar” temporal ocupado por Connie evidencia que outros mundos possíveis somente emergem mediante a ruptura com as estruturas patriarcais, capitalistas, coloniais e especistas. O objetivo geral busca analisar o romance, sob a perspectiva ecofeminista animalista, examinando as formas de dominação e as possibilidades de resistência comunitária construídas pela narrativa.

Metodologicamente, a pesquisa adota uma abordagem qualitativa de natureza bibliográfica e interpretativa. O referencial teórico fundamenta-se principalmente em contribuições do ecofeminismo, de Maria Mies (2021), de Vandana Shiva (2021), de Val Plumwood (1993) e do ecofeminismo animalista, com Carol J. Adams (2012) e Greta Gaard (1993; 2019). A análise parte da compreensão de que a ficção científica, enquanto imaginação política do futuro, constitui também um campo epistemológico de crítica ao presente.

O artigo está organizado metodologicamente em quatro seções, nas quais a primeira analisa o corpo como território de dominação e investiga a convergência entre o patriarcado, a colonialidade e o especismo na desumanização de Connie Ramos. A segunda seção busca analisar a questão da vida e sua transformação em recurso econômico; já a terceira discute a questão do mundo e suas possibilidades em disputa, sendo uma delas representada utopicamente por Mattapoisett e a outra pela distopia corporativa vivenciada por Gildina. Na quarta e última seção, problematiza-se o “limiar” enquanto espaço de ruptura política, bem como os limites do romance sob a crítica ecofeminista animalista.

Corpo como território de dominação: patriarcado, colonialidade e especismo

Marge Piercy coloca a questão de gênero em uma das posições centrais da narrativa, pois critica a divisão patriarcal entre homem e mulher e denuncia a violência histórica decorrente dessa separação. Já nos primeiros capítulos, a autora mostra a violência sofrida por Connie e pela sobrinha Dolly quando o namorado dela e também seu cafetão, Geraldo, a agride e exige um aborto. Ao tentar salvar a sobrinha de uma nova agressão e de um aborto clandestino imposto por Geraldo, Connie quebra uma garrafa no nariz do agressor, sendo posteriormente agredida e internada compulsoriamente em uma instituição psiquiátrica.

Geraldo não encaminha Connie à delegacia nem a um hospital geral, mas à instituição psiquiátrica na qual ela já havia sido internada anteriormente. O romance mostra como Connie acaba por não ser ouvida e é negligenciada, pois “O médico nem a havia entrevistado, conversando exclusivamente com Geraldo e trocando apenas algumas palavras com Dolly” (Piercy, 2023, p. 28-29). Geraldo inventou que Connie teve um ataque e agrediu a sua sobrinha (encobrendo a agressão que ele mesmo cometeu) e que também o agrediu sem motivo. A violência patriarcal institucionaliza-se na manutenção de sua internação, autorizada por seu irmão (Luis/Lewis), que não conversou com ela e, depois, ainda autorizou a participação de Connie em experimentos científicos.

Em contraposição, em Mattapoisett, as identidades de gênero deixam de organizar a vida social, e as pessoas passam a ser reconhecidas por suas capacidades, afetos e relações comunitárias. Essa reorganização social rompe com os papéis fixos de masculinidade e feminilidade, rejeitando o pressuposto de que as mulheres existem para servir, reproduzir e obedecer. Os leitores acompanham Connie enquanto ela relembra sua trajetória e o quanto o patriarcado produziu vergonha, submissão e apagamento da agência de mulheres pobres, especialmente as racializadas.

O corpo é um campo de disputa política, no qual as estruturas sociais atuam diretamente. Conforme afirma Costa (2023, p. 62), trata-se do “primeiro território de resistência e luta política”, pois incidem relações de poder. O romance evidencia mecanismos de controle do corpo e da mente de Connie, impostos pelo patriarcado, pelas drogas e pelos experimentos cerebrais. Nesse sentido, a autora Piercy (2023, p. 7), no prefácio, afirma que “o interesse em retirar das mulheres o controle dos seus corpos é parte de um objetivo maior que visa retirar da maioria da população o controle real sobre suas vidas”.

Connie sofre diversas formas de expropriação em seu corpo, pois é medicalizada em excesso, tem suas experiências interpretadas como patologias, é submetida à internação compulsória em manicômio, as drogas são tão fortes que começam a alterar a sua percepção e, por fim, é utilizada em experimentos cerebrais. O corpo dela deixa de ter agência e passa a ser objeto de intervenção técnica, como mecanismo de controle social de pessoas consideradas inferiores ou desviantes. Por isso, a personagem Luciente de Mattapoisett alerta para o perigo do avanço de tecnologias voltadas ao controle da vida, em que “o ponto crucial, acho, está nas ciências biológicas. Controle genético. Tecnologia de controle cerebral. Vigilância do nascimento até a morte. Controle químico por meio de drogas psicoativas e neurotransmissores” (Piercy, 2023, p. 359).

A dominação sobre o corpo de Connie revela não apenas violência psiquiátrica, mas também uma lógica política de controle da vida. Ao representar o corpo feminino como território de disputa, Piercy denuncia a produção de sujeitos disciplinados, ao mesmo tempo em que revela a proximidade entre os mecanismos de opressão dirigidos às mulheres, aos animais e à natureza.

Além disso, Piercy denuncia a racionalidade patriarcal moderna que sustenta os dualismos hierárquicos entre mente e corpo, conforme afirma o personagem Bolívar

de Mattapoissett: “A cisão mente e corpo patriarcal transformou a mente em máquina e o resto do universo em pilhagem na qual se poderia perder as estribeiras, usando, descartando e destruindo” (Piercy, 2023, p. 341), criticando a racionalidade ocidental que criou o sujeito moderno como autônomo, separado e superior ao mundo natural. Essa lógica transforma o sujeito racional em agente legítimo de controle e converte corpos, animais e ecossistemas em objetos de exploração e de expropriação.

A crítica ecofeminista identifica nos dualismos hierárquicos entre razão/corpo, humano/animal, cultura/natureza, um dos principais mecanismos de legitimação da dominação, conforme afirma Val Plumwood (1993, p. 104): “O dualismo não apenas moldou nossa concepção de identidade humana e a concepção das relações entre animais, humanos e natureza, mas também moldou a concepção mecanicista ocidental de natureza”.

Piercy apesar de não problematizar o especismo, traz importantes *insights* sobre a utilização de animais em pesquisas científicas, como quando afirma: “Connie se lembrou de algo que o Dr. Redding tinha dito ao diretor Hodges: que eles tinham usado quinhentos macacos antes de começar a fazer operações nos pacientes” (Piercy, 2023, p. 355). O romance critica a ciência subordinada ao lucro e ao poder corporativo, mostrando que humanos e animais são usados como objetos de experimentação descartáveis, seguindo a lógica de instrumentalização da vida.

O romance também nos apresenta o personagem Skip, outro sujeito considerado desviante, um homem homossexual internado na instituição psiquiátrica onde Connie Ramos também está. Ele era submetido a experimentos científicos denominados terapias aversivas para a homossexualidade, conforme afirma: “Eles colocaram uns eletrodos no meu pinto e [...] davam um choque” (Piercy, 2023, p. 266). A autora evidencia como a psiquiatria foi utilizada como instrumento de normalização sexual. Skip não é tratado como alguém que necessita de cuidado; é tratado como um corpo a ser corrigido, pela imposição da heteronormatividade.

A violência exercida sobre Skip revela a atuação de uma racionalidade que transforma diferenças em hierarquias e as utiliza para legitimar relações de dominação. As violências sofridas por Connie e Skip refletem o que Karen Warren define como um quadro conceitual opressor: “O domínio da natureza e das mulheres é ‘justificado’ por um quadro conceitual opressor caracterizado por uma lógica de dominação” (Warren, 2000, p. 27). Cria-se, assim, um sistema de crenças e valores sustentado por uma lógica de dominação que justifica a subordinação daqueles considerados inferiores ou desviantes.

A racionalidade moderna busca eliminar tudo o que escapa às normas hegemônicas de gênero, sexualidade, raça e sanidade. A questão não é quem é humano, mas quem é reconhecido com dignidade e autonomia e quem pode ser instrumentalizado em nome da normalização social. O romance explicita que a medicina, a ciência e as instituições reivindicam autoridade para definir quais corpos devem ser corrigidos e quais formas de existência podem ser toleradas. Assim, *Uma mulher no limiar do tempo* sugere que a luta contra a dominação exige defender a integridade corporal e

a autodeterminação de todos aqueles cujas vidas são historicamente tratadas como passíveis de controle, experimentação e descarte.

Malcom Ferdinand (2022) evidencia que o corpo não é um espaço isolado no mundo, mas parte de uma rede ecológica e política mais ampla, onde a degradação de territórios e a de corpos são processos interdependentes, afinal, “O que acontece com a Terra, com os solos e com as florestas repercute no próprio corpo dos humanos, assim como em suas condições de vida sociais e políticas, e vice-versa” (Ferdinand, 2022, p. 150).

O corpo e a natureza estão conectados, pois a destruição dos ecossistemas compromete as condições materiais de existência, e a ordem social patriarcal e capitalista estabelece quem sofrerá com a degradação ambiental e com o racismo ambiental. A reconstrução do mundo depende também da reconstrução das relações com os corpos, pois, segundo Ferdinand (2022, p. 156), a “perda de corpo é também uma perda da relação com a Terra”.

A animalização é utilizada como processo de desumanização no romance, pois, em diversos momentos da narrativa, demonstra que os pacientes psiquiátricos são comparados a animais confinados em um “zoológico”, como afirma Redding, médico que desenvolve os “tratamentos”: “Sam, escuta, com um computador do tamanho deste DEC PDP-10, você consegue monitorar os resultados de todos os pacientes deste zoológico todo” (Piercy, 2023, p. 330). A passagem evidencia a conexão de causas animais e feministas, mesmo sem a crítica explícita da autora à questão animal.

Carol Adams (2012) denomina “referente ausente” a dissociação do animal não humano de sua subjetividade, transformando corpos em objetos fragmentados e convertendo-os em recursos consumíveis. Essa lógica de apagamento é estendida ao ser humano no futuro distópico representado por Gildina. Os corpos femininos aparecem completamente submetidos ao mercado sexual corporativo, modificados cirurgicamente para atender a desejos masculinos e contratos de consumo. A feminilidade deixa de ser identidade social para se tornar um produto mercadológico hipersexualizado. O corpo feminino deixa de possuir densidade existencial própria para tornar-se superfície de consumo e de performance. Tal lógica expressa que a corporeidade das mulheres é constantemente moldada pelas exigências econômicas e simbólicas do patriarcado.

A narrativa do romance nos permite compreender que a racionalidade moderna produz corpos disponíveis ao uso e ao descarte, mecanismos característicos da colonialidade, marcados pelo controle dos corpos, pela concentração do poder e pela transformação da vida em recurso econômico. Nesse sentido, “A colonialidade deve incorporar também o especismo na medida em que, ao usurpar os territórios, o projeto colonial dizimou culturas e suas formas de compreender a natureza” (Rosendo; Oliveira; Kuhnen, 2020, p. 138).

Mattapoisett apresenta possibilidades de ruptura parcial dessa estrutura, pois as identidades de gênero deixam de organizar rigidamente as relações sociais, conforme afirma a personagem Luciente: “Romance, sexo, nascimento, crianças, é nisso que você se apegas. Porém, isso não é mais coisa de mulher. É coisa de todo mundo” (Piercy, 2023, p. 405). O cuidado passa a ser um compromisso coletivo. A reprodução

é realizada por uma “criadeira”, uma tecnologia que transfere a gestação para um ambiente extracorpóreo, desvinculando a maternidade da subordinação feminina.

Contudo, essa solução tecnológica suscitou críticas de leitoras que valorizam a experiência da gestação, e a própria autora afirma que: “A parte mais controversa de Mattapoissett é, provavelmente, a criadeira, já que muitas mulheres sentiam que não estariam dispostas a desistir da gestação. Se eu tivesse de reescrever o livro, incluiria um grupo que escolheu seguir gestando os bebês” (Piercy, 2023, p. 10). Dessa forma, a superação da associação entre mulheres e o cuidado não se dará pela negação das experiências corporais femininas, mas pela construção de condições sociais em que a maternidade constitua uma escolha livre, e não um destino imposto pelo patriarcado.

Vida como objeto de gestão: capitalismo e dominação

É possível perceber no romance que o capitalismo patriarcal transforma corpos humanos, animais e territórios em recursos administráveis, úteis apenas enquanto produzem lucro, obediência ou funcionalidade. A vida deixa de ser reconhecida em sua vulnerabilidade e interdependência para ser avaliada segundo critérios de produtividade, eficiência e rentabilidade.

No presente vivido por Connie, médicos e cientistas tratam sua mente como uma máquina defeituosa que deve ser corrigida por meio de tecnologias invasivas. O implante cerebral imposto à personagem revela uma forma de controle de suas emoções, desejos e comportamentos que passam a ser monitorados e disciplinados por instituições médicas.

Connie percebe que “aqueles homens acreditavam que o sentimento era uma doença, algo para ser cortado fora como um apêndice apodrecido” (Piercy, 2023, p. 453-454). E ainda acrescenta: “Frios, calculistas, ambiciosos e se achando racionais e superiores, com um bisturi eles caçavam o animal fêmea agachado, começando por seu cérebro. [...] Agora eles estavam prestes a colocar dentro dela algo que controlaria seus sentimentos como um termostato” (Piercy, 2023, p. 454). As emoções são consideradas falhas a serem eliminadas.

A racionalidade moderna de instrumentalização da vida se manifesta na relação com os animais não humanos. Em diversos momentos, o consumo de carne está associado à violência e à desigualdade social. Em uma passagem, Connie recorda que “nunca mais tinha conseguido comprar carne [...] A única carne que conseguia comprar era comida de cachorro enlatada” (Piercy, 2023, p. 295). No capitalismo, a alimentação, essencial para uma vida digna, torna-se mercadoria acessível apenas àqueles que detêm poder de compra. A fome decorre da distribuição desigual dos recursos, pois o capitalismo define quais vidas serão nutridas e quais serão abandonadas.

Há uma hierarquização das existências e, em certos momentos, a autora denuncia a seletividade do cuidado em uma sociedade desigual ao afirmar: “O melhor amigo do homem era um cachorro policial enorme, não uma criança morena como

Angie. Os cachorros serviam como defesa contra pessoas pobres como ela” (Piercy, 2023, p. 295). Podemos perceber que determinadas vidas humanas são consideradas inferiores ou com menor proteção, especialmente as vidas racializadas. Por outro lado, os animais não humanos são adestrados, controlados e incorporados aos aparatos de poder do Estado, transformam-se em extensão do controle institucional e utilizados para proteger a propriedade privada e controlar populações marginalizadas. A vida dos animais não humanos é capturada pela lógica de dominação.

A gestão da vida não se limita ao controle psiquiátrico exercido sobre Connie, pois no romance é possível perceber uma lógica maior de exploração capitalista. Isso é levado ao extremo na sociedade distópica de Gildina, onde os corpos são transformados em mercadorias de consumo e de descarte. Os pobres deixam de ser considerados como pessoas e passam a ser um banco de órgãos para os ricos, conforme afirma Gildina: “É como se eles nem fosse pessoa. São uns adoentes, eles tudo, banco de órgãos ambulantes [...] É como se eles num servisse pra nada” (Piercy, 2023, p. 468).

A organização social desse futuro distópico também radicaliza a fragmentação patriarcal da vida. As mulheres são convertidas em mercadorias eróticas altamente tecnologicizadas, submetidas a cirurgias corporais compulsórias e contratos sexuais regulados economicamente. Piercy radicaliza essa crítica ao demonstrar que, no capitalismo distópico, até mesmo a subjetividade feminina é apropriada como tecnologia de mercado. A sexualidade passa a ser mediada por relações contratuais e mercantis, enquanto a própria identidade corporal torna-se objeto de produção econômica.

A reprodução deixa de ser uma experiência humana compartilhada e passa a integrar uma cadeia produtiva economicamente controlada. Os ricos prolongam artificialmente a própria existência por meio da extração de órgãos e do domínio tecnológico sobre a vida, enquanto os pobres permanecem descartáveis. O romance revela, portanto, uma sociedade em que o valor da vida é definido pela posição econômica dos indivíduos e pela utilidade de seus corpos para o sistema produtivo.

No futuro distópico, o acesso à alimentação saudável e natural restringe-se aos ricos, pois os pobres só têm acesso a comida artificialmente fabricada, conforme afirma Gildina: “Tudo vem em pacote. É feito de carvão, alga e uns subproduto da madeira” (Piercy, 2023, p. 475). A alimentação também evidencia o extremo da degradação provocada pelo capitalismo, pois perde a conexão com a natureza.

Por meio da crítica ecofeminista animalista, é possível compreender que as formas de dominação estão interligadas. Maria Mies e Vandana Shiva (1993) afirmam que o patriarcado capitalista transforma a vida em “matéria-prima” gratuita, apropriando-se do trabalho das mulheres, da natureza e dos animais sem reconhecer seus próprios limites ecológicos e éticos. As autoras demonstram que o capitalismo depende da invisibilização dos processos vitais de cuidado, de reprodução e de regeneração da Terra.

Em contraste com essa realidade, Mattapoisett apresenta uma ruptura parcial com a gestão capitalista da vida. A comunidade reorganiza a reprodução, o trabalho e a produção de forma coletiva e cooperativa. Nesse contexto, a vida deixa de ser administrada pelo lucro e passa a ser sustentada pela interdependência. O trabalho

não é organizado pela acumulação de capital, mas pelas necessidades coletivas e ecológicas. O romance constrói uma crítica profunda à racionalidade capitalista que transforma a vida, a natureza e a existência em objetos de gestão técnica e econômica.

Mundo como território de disputa: entre a distopia de Gildina e a utopia de Mattapoisett

A disputa entre Mattapoisett e o futuro de Gildina ultrapassa a oposição entre utopia e distopia, configurando-se como um confronto ontológico entre modos distintos de habitar a Terra. Nesse sentido, a obra aproxima-se da crítica de Malcom Ferdinand (2022, p. 238), para quem a modernidade colonial instituiu um “habitar colonial da Terra”, baseado na separação entre humanidade e natureza e na transformação do mundo em um espaço de extração, descarte e acumulação.

A autora constrói dois paradigmas civilizatórios antagônicos: de um lado, Mattapoisett, uma sociedade fundada na interdependência ecológica, na cooperação comunitária e na descentralização do poder; de outro, um regime tecnocapitalista, representado pela personagem Gildina, marcado pela privatização absoluta da vida, pela mercantilização dos corpos e pela devastação ambiental. O universo de Gildina representa precisamente o ápice dessa racionalidade colonial-capitalista: um planeta ecologicamente morto, socialmente estratificado e biologicamente administrado pelas corporações.

A narrativa explicita que o futuro não constitui uma linearidade histórica inevitável, mas sim um campo político de disputa. Nesse sentido, Piercy (2023, p. 11) afirma: “o que imaginamos sobre o futuro tem muito peso em definir o que é importante ser feito para produzir o futuro que queremos e evitar o futuro que tememos”. O romance, a todo momento, coloca o nosso tempo, no caso, o tempo de Connie, como o limiar, o tempo decisivo, o tempo em disputa, conforme afirma a personagem Luciente: “o passado é uma área disputada” (Piercy, 2023, p. 431). Assim, o limiar temporal evidencia que o futuro não está dado, mas depende das disputas travadas no presente.

No futuro distópico, o ambiente natural praticamente desapareceu e a humanidade está totalmente desconectada da natureza. O ar, a água e os alimentos tornam-se bens privatizados e submetidos à lógica corporativa das “multis”: “Multis são dona de todo mundo [...] Agora todos pertencemos ao corpo corporativo. Multis” (Piercy, 2023, p. 481). Apenas as elites têm acesso a “coisa viva” (Piercy, 2023, p. 475), enquanto as populações marginalizadas sobrevivem em ecossistemas degradados e artificializados. A própria vida torna-se uma *commodity* escassa.

Tal cenário aproxima-se da crítica ecofeminista de Vandana Shiva (2003), segundo a qual o capitalismo global promove uma “monocultura da mente”, reduzindo a biodiversidade e os sistemas vivos à instrumentalização da produtividade. A devastação ambiental em Gildina não é um acidente histórico, mas uma consequência estrutural de

um modelo econômico fundado na colonialidade, no extrativismo e na mercantilização absoluta do mundo.

Em contraste, Mattapoisett apresenta uma reorganização radical das relações entre corpo, comunidade e território. A sociedade futura abandona os pressupostos centrais do individualismo liberal e institui formas comunitárias de existência baseadas no cuidado, na reciprocidade e na limitação ecológica. A natureza deixa de ser concebida como um “recurso” e passa a integrar uma comunidade política. Piercy desloca o humano do centro absoluto da existência e aproxima-se daquilo que Arturo Escobar (2014) denomina “pluriverso”. O pluriverso pressupõe o reconhecimento da coexistência de múltiplas ontologias e formas legítimas de habitar o mundo, sem a imposição universalizante da racionalidade moderna ocidental. Mattapoisett não opera pela racionalidade do crescimento infinito, mas pelo reconhecimento dos limites ecológicos e da interdependência entre os seres.

Essa sociedade substitui o consumo individualista por práticas coletivas de circulação e cuidado. Há uma ética ecológica baseada na compostagem, na agricultura sustentável, na proteção das águas e na preservação dos animais. A Terra deixa de ser vista como um recurso infinito e passa a ser entendida como um organismo vivo e vulnerável. Dessa forma, *Uma mulher no limiar do tempo* é uma ontologia política da interdependência.

Isso pode ser percebido na ética ecológica na defesa do bosque de Goat Hill. Quando determinadas pessoas desejam expandir áreas agrícolas mediante desmatamento, o “Advogade da Terra”, que “fala pelos direitos totais do meio ambiente” (Piercy, 2023, p. 244), intervém afirmando que os ecossistemas não podem ser reduzidos a cálculos imediatos de produtividade. Trata-se de uma crítica radical à racionalidade moderna, fundada na pretensão de controle absoluto sobre a natureza. Piercy reconhece a complexidade dos sistemas vivos e a impossibilidade de uma instrumentalização ecológica completa. Tal perspectiva converge com as críticas contemporâneas ao antropocentrismo e à pretensão de domínio integral da natureza promovida pelo capitalismo industrial.

Há também a presença da Advogade dos Animais que atua para que os interesses das demais formas de vida sejam considerados nas decisões coletivas; apesar de não ter sido bem desenvolvido, é um avanço para a época. A presença do Advogade da Terra e do Advogade dos Animais em Mattapoisett representa precisamente uma tentativa de ruptura com essa matriz dualista. Embora formulada no âmbito da ficção científica, a proposta de Piercy antecipa debates contemporâneos acerca dos Direitos da Natureza, ao pressupor a necessidade de representantes institucionais capazes de defender interesses ecológicos independentemente de sua utilidade imediata para os seres humanos.

A presença do Advogade da Terra e do Advogade dos Animais representa uma ruptura significativa com os pressupostos antropocêntricos das democracias liberais modernas, nas quais apenas sujeitos humanos são reconhecidos como participantes legítimos da esfera política. Em Mattapoisett, a natureza e os animais não humanos deixam de ser objetos passivos da administração humana e passam a integrar o

horizonte da consideração moral e política. A presença dessas funções políticas representa uma das dimensões mais sofisticadas da imaginação (ecofeminista) de Piercy, pois desloca a representação para além do humano.

Diferentemente das democracias liberais modernas, estruturadas sobre a propriedade, a racionalidade técnica e a representação antropocêntrica, Mattapoisett reconhece a necessidade de defensores institucionais dos ecossistemas e das demais espécies. Trata-se da valorização do que Arturo Escobar (2014) denomina “sentipensar com a terra”: uma racionalidade relacional que recusa a separação entre pensamento, corpo, emoção e natureza.

A escolha do Advogade da Terra e do Advogade dos Animais é feita de maneira diferente e tem profundo significado epistemológico, pois “Essas posições não são estritamente escolhidas por sorteio, mas por sonho. Toda primavera, pessoas sonham que são Advogades dos Animais e da Terra. Aquelus que sentem isso se juntam e a escolha entre elus é por meio do sorteio” (Piercy, 2023, p. 244). A autora subverte a racionalidade moderna para legitimar o sonho como forma de conhecimento político, ligada à sensibilidade, à intuição e à conexão com o território.

Há uma ética da interdependência e um rompimento com a dominação colonial e patriarcal que sustenta as formas de conhecimento. Essa transformação epistemológica possui uma dimensão profundamente ecofeminista, pois como argumenta Karen Warren (2000), a lógica da dominação sustenta-se precisamente na naturalização de hierarquias dualistas que autorizam a exploração do “Outro”. Romper com essas hierarquias exige reconstruir não apenas as instituições sociais, mas também as próprias formas de perceber e habitar o mundo.

Todavia, mesmo nessa sociedade utópica, persistem questões especistas importantes. Embora as relações humanas sejam reorganizadas em bases mais igualitárias, a instrumentalização animal não desaparece por completo e até é naturalizada, como quando Luciente afirma que “Criamos galinhas, patos, faisões, perdizes, perus, galinhas d’angola, gansos, bodes, vacas, tartarugas e porcos. Nós de Mattapoisett somos famosos pelos gansos e tartarugas. Mas nossa maior fonte de proteína são as plantas. Todas as regiões tentam ser autoalimentadas” (Piercy, 2023, p. 114-115).

A passagem evidencia que, embora Mattapoisett questione diversas formas de opressão, os animais continuam sendo concebidos prioritariamente como recursos destinados às necessidades humanas. A coexistência entre Advogade dos animais voltada à defesa dos seus interesses e a continuidade do seu consumo evidencia uma tensão constitutiva da própria utopia de Piercy. Ao mesmo tempo em que amplia o círculo da consideração moral e política para além do humano, a narrativa preserva práticas especistas historicamente naturalizadas, revelando os limites éticos de sua imaginação emancipatória. Assim, a utopia projetada por Piercy rompe apenas parcialmente com as estruturas de dominação, permanecendo atravessada por limites especistas. Por isso, o especismo estrutural permanece presente no romance e revela o limite da imaginação utópica de Marge Piercy e a principal crítica ecofeminista animalista ao romance.

A crítica ecofeminista animalista evidencia que a sociedade precisa lutar contra a opressão em razão do gênero, da raça, da natureza e da espécie. A libertação completa não se dará sem todas essas desestruturações. Só a libertação ecológica não é suficiente, pois enquanto os corpos animais permanecerem reduzidos à condição de recurso, ela continuará incompleta. Como argumenta Carol J. Adams (2012), a objetificação animal integra a mesma matriz simbólica que sustenta a opressão das mulheres e da natureza. A permanência do consumo animal em Mattapoisett demonstra que mesmo utopias emancipatórias podem reproduzir hierarquias ontológicas internalizadas historicamente.

O limiar e a ruptura: crítica ecofeminista animalista e a possibilidade de outros mundos

É preciso reconhecer a potência política da obra ao estabelecer o futuro como uma possibilidade em aberto. O limiar vivido por Connie simboliza um espaço em disputa e dependerá de uma escolha coletiva. O mundo é um território em disputa constante; Mattapoisett não é apresentado como um destino garantido, mas como uma possibilidade frágil, dependente das disputas travadas no presente.

O limiar não representa apenas a passagem entre dois tempos históricos, mas a coexistência conflituosa entre formas distintas de organizar a vida. Ele expressa a instabilidade do presente e evidencia que nenhuma ordem social é inevitável. O futuro permanece aberto porque o próprio mundo constitui um território de disputas ontológicas e políticas.

O romance rejeita os determinismos históricos e reafirma a dimensão política da imaginação utópica. A autora deixa claro que o mundo é território de disputa no romance, ao firmar com o personagem Abelha de Mattapoisett: “Devemo lutar pra existir, pra continuar existindo, pra ser o futuro que acontece. Por isso chegamo em você” (Piercy, 2023, p. 318). No que Connie responde: “Mas que diferença eu posso fazer? Eu que não tenho poder nenhum. Uma prisioneira. Uma paciente. Não consigo carregar uma caixa de fósforos nem ficar com o meu dinheiro. Vocês escolheram a salvadora errada dessa vez” (Piercy, 2023, p. 318). E com isso, o personagem Sojourner responde: “As pessoas poderosas não fazem revoluções” (Piercy, 2023, p. 318).

A resistência de Connie adquire um significado profundamente político: é precisamente a partir dos corpos marginalizados que emergem as possibilidades de ruptura com a racionalidade dominante. Por isso, outros mundos somente podem surgir mediante a superação simultânea do patriarcado, do capitalismo, do racismo, do colonialismo e do especismo. A obra demonstra que a disputa pelo futuro é, fundamentalmente, uma disputa pelos modos de habitar o mundo.

Connie ocupa uma posição liminar não apenas no tempo, mas também na estrutura social. Mulher, chicana, pobre e institucionalizada, ela habita as fronteiras da racionalidade moderna. Paradoxalmente, é dessa posição de marginalidade que

emerge sua capacidade de perceber as fissuras do sistema e imaginar alternativas civilizatórias. Piercy sugere, assim, que a transformação social não nasce dos centros de poder, mas das experiências históricas daqueles que suportam o peso das estruturas de dominação.

Portanto, o limiar ocupado por Connie constitui uma zona de luta epistemológica e política pelo poder que pode resultar em uma ruptura, conforme afirma a personagem Luciente: “Poder é violência. Quando ele foi destruído pacificamente? Todos lutamos quando estamos encurralados contra um muro, ou para derrubar muros” (Piercy, 2023, p. 92). O romance não representa apenas a passagem entre tempos históricos distintos, mas também a possibilidade de desestabilizar as estruturas ontológicas que sustentam a modernidade colonial-capitalista.

A experiência temporal de Connie também subverte a linearidade moderna do progresso e converge com Plumwood (1993, p. 3) ao afirmar que: “A superação contínua e cumulativa do domínio da natureza pela razão engendra o conceito ocidental de progresso e desenvolvimento”. Dessa forma, o futuro não aparece como evolução inevitável da técnica, mas como campo contingente de disputa ética e política, pois, segundo Alicia Puleo (2011, p. 30), é necessário “melhorar a qualidade de vida em sentido amplo e conciliar o progresso com o cuidado do mundo natural”.

O romance nos mostra uma tensão entre outros mundos possíveis, representados por Mattapoisett e pelo universo de Gildina. A personagem Luciente é categórica ao afirmar que: “Sua época é tempo-crucial. Universos alternativos coexistem. Probabilidades se chocam e possibilidades piscam e se apagam pra sempre” (Piercy, 2023, p. 285). O “tempo-crucial” desloca a política e a decisão para o presente: o futuro depende das escolhas feitas agora, das formas de vida que são protegidas ou destruídas.

Tal perspectiva aproxima-se das formulações ecofeministas de Donna Haraway (2023), especialmente da noção de que “ficar com o problema requer aprender a estar verdadeiramente presente” (Haraway, 2023, p. 9). Dessa forma, a construção de novos mundos possíveis exige que consigamos “ressemear nossas almas e nossos mundos natais a fim de florescer” (Haraway, 2023, p. 235), diante das ruínas produzidas pelo capitalismo.

Nesse sentido, a ruptura defendida pelo romance não pode ser compreendida apenas como uma transformação institucional. Trata-se de uma reorganização profunda das formas de existência, das sensibilidades e das relações entre humanos e não humanos, pois “nós - estamos aqui para viver e morrer com, não só pensar com e escrever com [...] estamos aqui para semear mundos com” (Haraway, 2023, p. 249).

Todavia, Piercy não oferece uma utopia pura ou reconciliada. Mattapoisett permanece atravessada por limites. A permanência do consumo animal revela que mesmo sociedades radicalmente ecológicas podem conservar formas de especismo. Essa tensão torna o romance particularmente relevante para a crítica ecofeminista animalista contemporânea, pois impede leituras idealizadas da utopia feminista. A obra demonstra que processos emancipatórios não são absolutos nem concluídos; permanecem contraditórios, incompletos e historicamente situados.

O reconhecimento dessa incompletude fortalece, e não enfraquece, a potência política do romance, uma vez que evidencia a necessidade constante de aprofundamento ético das lutas de libertação. A crítica ao especismo, nesse contexto, não se apresenta dissociada das demais formas de opressão. O corpo animal funciona como paradigma da objetificação moderna: uma vida reduzida à condição de matéria consumível.

O romance, sob a perspectiva ecofeminista animalista, permite imaginar outros mundos e modos de existência fundados na reciprocidade, na vulnerabilidade compartilhada e na interdependência entre espécies. Nenhum projeto emancipatório será suficiente enquanto persistirem relações hierárquicas que autorizem a instrumentalização de determinados corpos em benefício de outros. A construção de outros mundos possíveis exige, portanto, não apenas a redistribuição econômica ou a igualdade formal, mas também a transformação ontológica profunda das relações entre humanos, animais e Terra.

A potência política de *Uma mulher no limiar do tempo* reside justamente nessa articulação entre imaginação utópica, fabulação especulativa e crítica estrutural. O romance demonstra que o futuro permanece aberto e disputável, e a crítica ecofeminista animalista defende que a ruptura dependerá da capacidade coletiva de romper com a lógica da dominação que atravessa o patriarcado, a colonialidade, o capitalismo e o especismo. O romance não oferece respostas definitivas, mas convoca à construção contínua de formas mais éticas de coexistência. O verdadeiro limiar, portanto, não separa apenas diferentes futuros: separa dois modos radicalmente distintos de habitar o mundo.

Conclusão

O romance de Marge Piercy transforma o presente e o futuro em categorias analíticas de denúncia. Ao não confirmar a realidade material de Mattapoisett, Piercy traz ao leitor questionamentos sobre a possibilidade histórica, a resistência e a luta. A instabilidade psicológica de Connie desafia os critérios modernos de verdade, racionalidade e sanidade.

O “limiar do tempo” não constitui apenas uma passagem temporal entre mundos possíveis, mas também um espaço epistemológico de confronto entre paradigmas civilizatórios antagônicos. De um lado, encontra-se a racionalidade moderna-colonial fundada na fragmentação da vida, na mercantilização dos corpos e na exploração ilimitada da Terra, representada pelo futuro distópico de Gildina; de outro, emerge a possibilidade de uma ética relacional baseada na interdependência, no cuidado e na reconstrução dos vínculos entre humanos, animais e natureza, representada por Mattapoisente.

A obra evidencia que o capitalismo patriarcal não opera exclusivamente por meio da exploração econômica, mas também por meio da produção sistemática de hierarquias ontológicas que definem quais vidas merecem proteção e quais podem

ser instrumentalizadas, descartadas ou sacrificadas. O corpo feminino racializado, os animais e os ecossistemas aparecem, assim, como territórios simultaneamente colonizados pela mesma lógica de apropriação violenta da existência.

A análise ecofeminista animalista permite compreender que Piercy antecipa debates contemporâneos centrais acerca dos Direitos da Natureza, da colonialidade ecológica e da interdependência entre as diversas formas de vida. Ao relacionar a devastação ambiental, a medicalização dos corpos, a violência de gênero e a exploração animal, o romance rompe com leituras fragmentadas da opressão e revela sua estrutura sistêmica. A destruição ecológica é uma consequência de um sistema que converte a vida em recurso disponível para a acumulação.

Todavia, a potência crítica da obra reside precisamente na recusa da inevitabilidade histórica. Mattapoissett não é apresentada como utopia perfeita ou como destino garantido, mas como uma possibilidade política frágil, permanentemente ameaçada. Essa dimensão impede leituras ingênuas ou idealizadas da narrativa. A permanência da instrumentalização animal em Mattapoissett revela o principal limite ético da imaginação utópica de Piercy. A crítica ecofeminista animalista evidencia que projetos emancipatórios podem conservar hierarquias ontológicas profundamente naturalizadas, demonstrando que a libertação permanece incompleta enquanto determinadas vidas continuarem disponíveis ao uso e ao sacrifício.

A própria permanência do consumo animal em Mattapoissett evidencia que mesmo projetos emancipatórios podem conservar o especismo e estruturas de violência parcialmente naturalizadas. A utopia permanece, portanto, incompleta. É justamente essa incompletude que torna o romance teoricamente fecundo para o ecofeminismo animalista contemporâneo, pois permite reconhecer que a libertação não pode ocorrer de forma seletiva. Não há superação integral do patriarcado e do capitalismo enquanto persistirem relações estruturais de instrumentalização da vida animal e da natureza.

Além disso, a obra desloca a política para além das instituições tradicionais de poder. A presença das Advogades da Terra e dos Animais constitui uma das contribuições mais originais do romance, pois antecipa formas de representação política que desafiam a exclusividade humana da esfera jurídica moderna. Ao reconhecer animais e ecossistemas como sujeitos dignos de consideração institucional, Piercy desloca a política para além do antropocentrismo e aproxima-se de debates contemporâneos sobre os direitos da natureza e a justiça multiespécie. Ao conferir representação política aos animais e aos ecossistemas, Piercy subverte radicalmente a tradição moderna ocidental e desestabiliza aspectos centrais da matriz colonial.

Por fim, *Uma Mulher no Limiar do Tempo* demonstra que imaginar outros mundos possíveis exige não apenas transformações econômicas ou tecnológicas, mas também uma profunda reconstrução ética, ontológica e afetiva das relações entre os seres. O romance propõe uma política do cuidado que desafia a masculinidade colonial baseada na dominação, no controle e na separação. A sobrevivência coletiva depende da capacidade de abandonar a “identidade de mestre”, conforme problematiza Val Plumwood (1993), e construir novas formas de habitar baseadas na coexistência, na vulnerabilidade compartilhada e na interdependência da vida.

Connie Ramos ocupa, assim, o lugar simbólico de resistência contra um sistema que administra corpos, vida e territórios. Sua trajetória evidencia que o futuro permanece aberto e que a construção de outros mundos possíveis depende da superação simultânea do patriarcado, do capitalismo, da colonialidade e do especismo. A disputa pelos mundos possíveis é, antes de tudo, uma disputa sobre quais vidas serão reconhecidas como dignas de existir e florescer.

Referências

ADAMS, Carol J. *A política sexual da carne: uma teoria feminista-vegetariana*. Tradução de Cristina Cupertino. 2. ed. São Paulo: Alaúde Editorial, 2018.

COSTA, Maria da Graça. *Meu corpo é meu território: mulheres em defesa do bem viver na cidade*. Rio de Janeiro: Ape’Ku, 2023.

ESCOBAR, Arturo. *Sentipensar con la tierra: nuevas lecturas sobre desarrollo, territorio y diferencia*. Medellín: UNAULA, 2014.

FERDINAND, Malcom. *Uma ecologia decolonial: pensar a partir do mundo caribenho*. Tradução de Leticia Mei. São Paulo: Ubu Editora, 2022.

FLORES, Bárbara Borum-Kren. *Mulheres e povos rumo ao bem-viver: por um ecofeminismo comunitário*. Porto Alegre: Editora Fi, 2023.

GAARD, Greta. Entrevista com Greta Gaard. In: ROSENDO, Daniela; OLIVEIRA, Fabio A. G.; CARVALHO, Priscila; KUHNEN, Tânia A. (org.). *Ecofeminismos: fundamentos teóricos e práxis interseccionais*. 2. ed. Rio de Janeiro: Ape’Ku Editora, 2024, p. 275-290.

GAARD, Greta (ed.). *Ecofeminism: women, animals, nature*. Philadelphia: Temple University Press, 1993.

HARAWAY, Donna. *Ficar com o problema: fazer parentes no Chthuluceno*. Tradução de Ana Luiza Braga. São Paulo: n-1 edições, 2023.

KHEEL, Marti. A contribuição do ecofeminismo para a ética animal. In: ROSENDO, Daniela; OLIVEIRA, Fabio A. G.; CARVALHO, Priscila; KUHNEN, Tânia A. (org.). *Ecofeminismos: fundamentos teóricos e práxis interseccionais*. 2. ed. Rio de Janeiro: Ape’Ku Editora, 2024, p. 37-50.

MIES, Maria; SHIVA, Vandana. *Ecofeminismo*. Tradução de Carolina Caires Coelho. Belo Horizonte: Editora Luas, 2021.

PIERCY, Marge. *Uma mulher no limiar do tempo*. Tradução de Elton Furlanetto. São Paulo: Editora Minna, 2023.

PLUMWOOD, Val. *Feminism and the mastery of nature*. London: Routledge, 1993.

PULEO, Alicia H. *Ecofeminismo para otro mundo posible*. Zaragoza: Cátedra, 2011.

SHIVA, Vandana. *Monoculturas da mente: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia*. Tradução de Dinah de Abreu Azevedo. São Paulo: Gaia, 2003.

WARREN, Karen J. *Ecofeminist philosophy: a western perspective on what it is and why it matters*. Lanham: Rowman & Littlefield Publishers, 2000.

Recebido em: 10/05/2026

Aprovado em: 13/07/2026